

Mailson lembra que o acordo não é panaceia

Divida Externa 01 MAR 1983

O acordo de renegociação da dívida externa não é uma panaceia e não vai fazer a economia crescer 6% este ano, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, em entrevista, após reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, no Palácio do Planalto.

O Ministro disse que o Brasil passa por um nítido processo de desaceleração econômica e que o crescimento envolve medidas na área de contenção do déficit público, na eliminação de incertezas, que impedem que os agentes econômicos continuem investindo. O acordo, afirmou o Ministro, "vai ajudar bastante, é um passo importante, é um ingrediente necessário, mas não é tudo". Por isso, explicou, o Governo não espera ter o apoio unânime da sociedade de um modo geral, num dos 559 constituintes, em particular, e nem "das dezenas de ex-ministros".

A reunião durou pouco mais de uma hora e, na abertura, o presidente José Sarney considerou o acordo com os credores privados um avanço muito significativo para o Brasil e que reflete a confiança da comunidade financeira no País. O Presidente lembrou aos ministros — da Seplan, do Trabalho, da Agricultura, do Interior, da Indústria e Comércio, e das Minas e Energia, que participou como convidado — além de Mailson da Nóbrega e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, que havia determinado ao Ministro da Fazenda, quando o indicou, que resolvesse as questões

da dívida externa e do déficit público com prioridade.

Apesar da satisfação do presidente da República com o acordo com os credores, o Ministro da Fazenda ouviu-se a críticas feitas ao acordo, observando que o que surpreende é que esses economistas, "teóricos da confrontação, críticos do endividamento, venham agora criticar o Governo porque ele não se endividou mais". O que nós obtivemos dos bancos — US\$5,8 bilhões — se acresce à nossa dívida e mais US\$600 milhões que não se acrescem, porque representam recursos de curto prazo que o Brasil recuperará nas linhas mantidas entre os bancos brasileiros.

Para o Ministro, segundo quem "não há unanimidade no processo democrático", o que o Governo espera é que a maioria da sociedade brasileira entenda a importância do acordo para o futuro. "Se isso ocorrer, eu acho que nós cumprimos a nossa missão", afirmou Mailson da Nóbrega.

Em decorrência desse acordo preliminar, disse o Ministro, o Governo brasileiro está na expectativa de que o governo americano anuncie a suspensão das retaliações à importação de produtos nacionais. Também têm chegado manifestações de importantes bancos favoráveis ao acordo, "importante para normalizar as relações com a comunidade financeira internacional", porque todos estão convencidos de que o Brasil pode e deve ter uma economia dinâmica, com-

petitiva e crescendo, gerando empregos.

ESTRATÉGIA

O Ministro da Fazenda disse ainda que relatou ao Presidente da República e aos integrantes do CDE que o Brasil conseguiu também outra vitória, que foi inverter a ordem das decisões no âmbito do comitê de bancos. "Porque, normalmente eles discutem primeiro as questões que não se refiram a juros e montantes, ficam para o final. A nossa estratégia tem por exigência que nós continuamos pagando, se houver progresso, e se progresso se der nesses pontos".

Mailson da Nóbrega disse também que não há qualquer vinculação entre o valor do empréstimo e sua destinação. Esse dinheiro que o Brasil está recebendo — US\$5,8 bilhões — é parte do fluxo de recursos das fontes e, que, provavelmente, não ocorra nenhum desembolso ainda este ano. A primeira parcela, que deverá ser desembolsada no primeiro semestre de 89, deverá ser de US\$500 milhões. O Ministro admite ainda que haverá um fluxo negativo de recursos do Banco Mundial, em torno de US\$200 a 300 milhões, do Clube de Paris, de US\$200 milhões, e do FMI, de US\$450 milhões. "Tudo isso pode mudar, para melhor, se fizermos um acordo rápido com o Clube de Paris". Pelo esquema montado, disse o Ministro da Fazenda, o Brasil deverá pagar US\$6,6 bilhões em 88, e aproximadamente US\$7 bilhões em 89.